



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
 RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011522-20.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Sidimar Sebastião Bispo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

Vistos.

SIDIMAR SEBASTIÃO BISPO, portador dor RG nº. 46.340.880-9, filho de Marino Bispo e de Maria da Conceição Bispo, nascido aos 08/05/1990, foi denunciado como incurso no art. 171, *caput*, do Código Penal, porque, segundo a denúncia, no dia 07 de dezembro de 2015, em horário incerto, na Rua Padre Duarte nº 2816, nesta cidade e Comarca, obteve para si vantagem econômica ilícita, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em prejuízo de *Dorival Aparecido Mariano*, induzindo em erro os funcionários do Banco Santander, mediante meio fraudulento.

Consta da denúncia que o acusado solicitou à vítima que lhe emprestasse a importância de R\$ 40,00 (quatrocentos reais), pois estava com problemas financeiros e necessitava comprar medicamentos para seu filho. Diante de tal necessidade, a vítima entregou ao acusado o cheque de n. 844290, da conta corrente de sua titularidade – n. 9250500-9, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Segundo consta, de posse do cheque e utilizando de meio idôneo, o acusado adulterou o referido título extrajudicial para que nele constasse o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), tratando-o de depositá-lo em sua própria conta bancária, o que foi efetivado pelo banco, sem que seus funcionários percebessem a fraude, obtendo, pois, vantagem ilícita em prejuízo alheio.

A denúncia foi recebida em 12 de abril de 2018 (fl. 63).

O réu foi devidamente citado (fl. 79) e apresentou defesa prévia (fls. 84/87).

Durante a instrução foi ouvida a vítima e o réu foi interrogado.

Em alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação do réu, nos termos da denúncia. A Defesa, por sua vez, pediu absolvição do acusado, argumentando que a vítima teve seu prejuízo ressarcido pelo Banco.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FUNDAMENTO E DECIDO.

A presente ação penal deve ser acolhida.

A materialidade do delito de estelionato está provada pelo auto de exibição e apreensão (fl. 05), bem como pelo auto de auto de colheita de material caligráfico (fls. 15/17).

A autoria também é certa e pode, tranquilamente, ser imputada ao acusado.

O acusado, em seu interrogatório, confessou a prática do crime de estelionato. Contou que na data dos fatos pediu dinheiro emprestado à vítima pois passava por dificuldades financeiras e que precisava comprar remédios para seu filho que estava hospitalizado. Confessou que, de posse do cheque, realizou a adulteração e depositou o cheque em sua conta para, posteriormente, sacar referida quantia.

A vítima *Dorival Aparecido Mariano* relatou que, em razão da amizade que mantém com acusado, resolveu ajudá-lo, emprestando-lhe um cheque no valor de R\$ 400,00 para compra de remédios ao filho doente. Afirmou que dias depois imprimiu um extrato de sua conta bancária onde pode constatar que havia sido debitado o valor de R\$ 4.000,00. Por fim, confirmou que o acusado confessou-lhe a prática delituosa e que o banco havia lhe ressarcido do prejuízo sofrido.

Portanto, diante de tais relatos, notadamente da confissão do réu, conclui-se que ocorreu o crime de estelionato, tipificado no artigo 171, *caput*, do Código Penal.

Devidamente demonstradas, portanto, a autoria e a materialidade do crime praticado pelo réu, é de rigor a procedência da ação.

Passo à fixação da pena.

Na primeira fase de fixação da pena, considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, observo que o réu ostenta antecedente criminal pela prática de crime da mesma espécie, cuja condenação transitou em julgado após o cometimento do presente (fls. 51/52). Assim, fixo a pena-base acima do mínimo legal, ou seja, 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase, em razão da existência da atenuante da confissão espontânea, reduzo a pena para 01 (um) ano de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Na terceira fase, não existem causas de aumento ou diminuição da pena para consideração, razão pela qual torno definitiva a pena em **01 (um) ano de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa.**

Presentes os requisitos do artigo 44, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade pelo período de 01 (um) ano, na forma dos artigos 46 e 55 do Código Penal, devendo tal local ser indicado pelo juízo da execução, na forma do artigo 149 da LEP.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Fixo regime inicial aberto para início do cumprimento da pena.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão punitiva estatal, para **CONDENAR** SIDIMAR SEBASTIÃO BISPO, portador dor RG nº. 46.340.880-9, filho de Marino Bispo e de Maria da Conceição Bispo, nascido aos 08/05/1990, ao cumprimento de 01 (um) ano de reclusão, no regime inicial aberto, e pagamento de dez dias-multa, no piso mínimo, por infração ao *artigo 171, 'caput'*, do Código Penal, **substituída a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, na modalidade de prestação de serviços à comunidade.**

O acusado poderá apelar em liberdade, eis que foi condenado a pena a ser cumprida em regime aberto, que acabou por ser substituída por restritiva de direitos, estando ausentes os requisitos para a decretação de sua prisão preventiva.

Condeno o acusado ao pagamento das custas, na forma do artigo 4º, § 9º, da Lei 11.608/03, ressalvada a hipótese de ser beneficiário da Assistência Judiciária.

Após o trânsito em julgado, comuniquem-se.

P. R. I. C.

Araraquara, 04 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**